

Cristina M. T. Stevens e Tania Navarro Swain (orgs.) – *A construção dos corpos: perspectivas feministas*

Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro

A quem serve o discurso da diferença sexual? Que poderes sociais são desenvolvidos, que lugares de autoridade, de prestígio, são criados? Quem é o referente que anuncia e consolida a diferença? São perguntas que definem um campo de reflexões e lutas de teorias e práticas feministas, formuladas por Tania Navarro Swain que, junto com Cristina Stevens, organizam essa publicação. O livro apresenta pesquisas realizadas por intelectuais que atuam em diferentes campos disciplinares – economia, sociologia, educação, psicologia, comunicação, história e literatura – e resulta da convergência de suas inquietações.

Os capítulos abordam tecnologias identitárias e exprimem uma crítica da cultura, das artes, das ciências e das humanidades. O conjunto é revelador de mecanismos disseminados que acionam a norma social e das perspectivas feministas que se multiplicam em vertentes de luta para desconstruí-los. O trânsito inquieto de corpos que habitam politicamente dentro e fora dos enunciados apresenta-se sob a fertilidade de olhares que transgridem as fronteiras binárias do pensamento e manifestam-se criticamente no interior de sistemas político-culturais – inclusive de sexo e gênero. Trata-se de perspectivas preocupadas em iluminar certos discursos, e não em reiterar sentidos unívocos, dicotômicos e dominadores, ou sua vontade de verdade, mas em acionar positivamente outras, múltiplas, controversas, que possibilitam pensar, lutar, existir e reconhecer-se no mundo contemporâneo de outras formas.

Heleieth I. B. Saffioti, referência inegável na trajetória dos estudos feministas no país, retoma conceitos e categorias elementares para salientar a importância de se percebê-los em sua historicidade, no capítulo “A ontogênese do gênero”. Desfeito de sua pretensa neutralidade, o conceito de patriarcado, por exemplo, é empregado por feministas dos anos 1970 para denunciar a dominação masculina e analisar as relações homem-mulher dela resultantes. Ao romper com a noção weberiana que sugere a leitura tripartite da sociedade – política, econômica e social –, essa abordagem o concebe para apreender o desenvolvimento desigual das estruturas sociais de produção, reprodução, socialização e sexualidade.

Repensar o poder, as contradições sociais e a agência de sujeitos históricos em outros termos é uma proposta dos feminismos para desconstruir relações hierarquizadas e hierarquizadoras entre seres socialmente desiguais. Para Saffioti, desde que se consiga adentrar o “reino da História”, não é preciso desprezar conceitos ou categorias, como as de patriarcado ou gênero. Ao contrário, esse seria o caminho que possibilita aos sujeitos plurais ler, compreender relações entre homens e mulheres e intervir nas injustiças da ordem política androcêntrica.

Já Guacira Lopes Louro, em “O estranhamento queer”, aborda uma perspectiva que emerge com os movimentos gays e lésbicos. Inicialmente, a expressão *queer* funcionou como xingamento, um enunciado performativo que faz existir a quem nomeia, instituindo a posição marginalizada e execrada de “viados”, “bichas” e “sapatões”. Revertendo o jogo, o termo foi assumido orgulhosa e afirmativamente por um conjunto de excluídos da posição sexual dominante para marcar outra posição que, paradoxalmente, não se pretendia fixar: “mais do que uma nova posição de sujeito, *queer* indica um movimento, uma inclinação” (p. 142).

Se o movimento avançou na conquista de direitos e espaços ocupados por homens brancos heterossexuais, Louro assinala um paradoxo, porquanto, teórica e politicamente, a expressão desenha o espaço de uma diferença que não quer ser integrada, a posição de sujeitos que questionam e se opõem à norma. É exatamente essa disposição antinormalizadora, o potencial subversivo dessa ampla crítica aos múltiplos antagonismos da sociedade, que ela sublinha, para entender o *queer*, como um modo de ser, de pensar e conhecer, como uma metáfora sem referente fixo (p. 145).

Em “Sobre gênero, sexualidade e *O segredo de Brokeback Mountain*: uma história de aprisionamentos”, Diva do Couto Gontijo Muniz nos apresenta um exercício criativo de análise do filme dirigido pelo cineasta por Ang Lee. Trata-se de uma leitura efetuada com as lentes das teorias feministas que explicita, pela condição de “sujeito constituído dentro do sistema sexo-gênero e também fora dele, reconhecendo sexo-gênero, indissociáveis, como produtos e processos de diferentes tecnologias sociais, e o cinema como uma delas”. Difundido à boca miúda como o “filme dos cowboys gays”, a película movimentou o mercado do audiovisual, ganhou espaços significativos de mídia e polêmicas acirradas na crítica especializada.

Evidenciar o *modus operandi* do sistema sexo-gênero foi escolha dessa historiadora preocupada em entretecer os fios da cultura, da política e da ética. Ao acompanhar o desenvolvimento da trama, ela observa que “as potencialidades libertárias subsumidas em tais experiências foram contidas pelo desfecho dado” (p. 132). Como uma “história de aprisionamentos” (p. 137), de enquadramento de personagens e enredo no jogo da lógica binarizante, da qual o diretor não consegue se livrar, a história de amor dos cowboys se reapresenta sob essa crítica, que desvela tensões políticas nas malhas culturais da heterossexualidade normativa.

Margareth Rago e Luana Saturnino Tvardovskas, em “O corpo sensual em Márcia X”, focalizam a obra de uma das mais inquietantes artistas dos anos 1980. Márcia X (1959-2005) reúne ícones do cotidiano – objetos femininos, infantis, religiosos e de *sex shops* – e os reordena, desloca e reexibe em forma de objetos, ou na performance com o próprio corpo, que constrói e movimenta instalações. A artista embaralha signos da sexualidade e da religião, do erótico e do pornográfico, do mito e da banalização, da norma e da perversão, da infância e da maturidade, do sagrado e do profano, do feminino e do masculino. Segundo as historiadoras, em uma existência curta e fecunda, sua obra desferiu críticas, inclusive à pornografia e aos feminismos dessexualizantes, propondo formas outras de rir e existir fora dos limites da norma.

O texto ilumina “intensidades criadoras que podem subverter um contexto de homogeneização, como o que vivemos, e as novas potências de vida possíveis na era das biopolíticas”. E o capítulo faz reviver a imaginação sexualizada, viva e libertina da artista, ao potencializar sua ironia em relação ao discurso do poder: a reflexão de Margareth e Luana sobre a força criativa de Márcia desestabiliza a perspectiva totalizante e soma-se às contribuições da crítica da cultura baseada em deslocamentos que incidem no terreno das artes, linguagens, saberes e poderes, esforços que enfocam/desfocam/desvelam corpos, subjetividades e sexualidades.

Em “Relações hiperbólicas da violência da linguagem patriarcal e o corpo feminino”, Marie-France Depêche aborda a importância das palavras na construção/reconstrução das coisas para pensar a partilha política que cria seres sexuados. A incitação discursiva, ela infere, atua não só no policiamento e controle das enunciações, mas na produção da diferença, da sexualidade e dos corpos que a exercem.

Depêche desvela mecanismos que fazem operar um sistema de opressão e atenta para a prática vocabular que, em diferentes idiomas, exprime um exercício não menos violento do que o representado por agressões físicas. Ela mostra a força agressiva de expressões clássicas ou corriqueiras no exercício social da comunicação que acionam a operação política da linguagem do patriarcado. No emaranhado de poderes em funcionamento, ela distingue vastas regiões de silêncio acerca das experiências femininas: “Talvez seja a maior violência quando a linguagem dos homens apaga a presença do feminino na sociedade” (p. 214).

Ao propor uma reflexão sobre textos e sentidos, no capítulo “Bestiários”, Norma Telles mergulha no universo dos manuscritos que inspiraram a literatura e as artes na Europa medieval, com figuras reais ou fantásticas compostas de animais, vegetais e minerais. A substituição desses catálogos por enciclopédias impressas é o rastro pelo qual ela acompanha deslocamentos ocorridos na organização do conhecimento e da vida sob as luzes da racionalidade moderna.

Tal mergulho, entretanto, é uma forma de proceder a outro, este, na produção de Leonora Carrington e Remédios Varo, artistas inglesa e espanhola, respectivamente. Telles se detém em obras das contemporâneas no movimento surrealista em Paris, que foram varridas da França ocupada pelo nazismo para o México, e observa, nelas, a re-apropriação da figura da mulher em relação à natureza, aspecto central na produção da identidade feminina na cultura ocidental. Inspiradas pelas tradições herméticas, as artistas se encontram no tempo, espaço e buscam recriar e reanimar seres vivos outros, ou desvendar relações e metamorfoses. Ao criarem figuras híbridas, que aproximam realidades distantes e não as confundem, ou fundem, elas exibem seres inusitados que transcendem fronteiras sociais de gênero.

Ao enalço da historicidade da escrita literária, Ana Liési Thurler parece tomar para si a obstinação da poeta seiscentista Juana Inés de la Cruz, “pelo direito de conhecer, julgar, pensar por si mesma”, ou pelo “sentido de resistência à opressão, de busca de se constituir como sujeito” (p. 43). Em “A construção de corpos sexuados e a resistência das mulheres: o caso emblemático de Juana Inês de la Cruz”, Thurler situa o contexto de lutas religiosas e políticas do século XVII, e a Inglaterra, cenário de embates sobre os fundamentos da liberdade, da propriedade e da sociedade de contrato,

onde emerge o pensamento de John Locke. No outro lado do Atlântico, no México, persegue a trajetória da monja Juana Inês e de sua escrita.

A monja-poeta admite ter buscado uma vida de estudo, ao optar pelo claustro no Convento das Carmelitas Descalças. Os princípios da política moderna, que inventa a liberdade, a igualdade e o *consentimento livre* da mulher à subordinação ao homem pelo contrato de casamento, premissas da democracia liberal nascente, servem para Liési enxergar a marca da transgressão nos vestígios deixados pela poeta. A obra de Juana Inês revela-se em sua luta para resistir aos dispositivos da educação feminina e monástica. Sua irreverência se renova nas críticas ao jesuíta António Vieira e na polêmica travada com o Bispo de Puebla.

Cristina Stevens, em “O corpo da mãe na literatura: uma ausência presente”, observa como as figuras de mãe e de maternidade são lidas em matrizes fundadoras: no *Gênesis*, em Aristóteles, São Tomás, Santo Agostinho, nos escaninhos da psicanálise de Jung, Freud, Lacan, nas teorias de Engels e de outros filósofos e escritores. Ao reler as imagens dispersas, ela propõe uma aventura. Desembarca em portos (in)seguros da história da literatura e, ainda que não distinga gêneros literários, movimentos e temporalidades historicamente cultuadas, invade terrenos mais ou menos consagrados, minados, ou ainda, contaminados por discursos que procuram não descolar a figura da mãe do exercício de controle da identidade feminina.

A travessia desse oceano de representações, conceitos e estereótipos perpassa a literatura inglesa oitocentista (C. Dickens, J. Austen, G. Eliot) e culmina em plagas movediças do romance contemporâneo (J. Winterson, M. Roberts, D. M. Thomas). O diálogo com as feministas Jane Gallop, Germaine Greer e Luce Irigaray contribui para desvelar matrizes referenciais da maternidade e a emergência de estruturas narrativas polifônicas, que encenam experiências femininas dissonantes daquelas.

Já a Cláudia Maia interessa reler a construção dos corpos de “solteironas”, como um indício de desestabilização do modelo desejado de “mulher verdadeira”. Em “Corpos que escapam: as celibatárias”, ela mostra como estes foram sistematicamente desqualificados na prolífica produção da literatura médica do início do século XX, em discursos que construíram signos, patologias e sintomas, definiram normas e perversões, para classificar e controlar o prazer excessivo, o prazer comedido e o prazer ausente. Este último, visto

como algo nocivo ao corpo, à saúde física e mental das mulheres, portanto, assim construído para modelar o corpo celibatário.

Associada principalmente à moral sexual masculina, no esforço de controle da honra e da virgindade feminina, a construção reiterada da imagem da castidade assegura, assim, uma representação idealizada que se dissemina sob a forma de “corpos puros para uso exclusivo do marido a serviço da maternidade sadia”, além da reprodução da ideia de corpo social. Se celibatários podem ser lidos como corpos que escapam, o capítulo aborda também como eles são recapturados pelos “castigos da natureza contrariada”.

Silvana Vilodre Goellner abre o capítulo “A cultura *fitness* e a estética do comedimento: as mulheres, seus corpos e aparências” com dados impressionantes da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, que situam o Brasil em segundo lugar no mundo em número de academias (atrás apenas dos EUA), em primeiro no consumo de drogas inibidoras de apetite, e como um país onde se realizam centenas de milhares cirurgias plásticas estéticas anualmente. A autoridade do “imperativo da beleza” se manifesta dessa cultura *fitness* veiculada em discursos e práticas que se investem nos corpos, incitam nossos desejos, e produzem uma profusão de artefatos midiáticos e científicos direcionados para o mercado do belo, da saúde e do bem-estar.

Trata-se de um conjunto de instituições performantes que “carregam muito mais que músculos, ossos e aparências. Carregam significados, tornam carne representações e discursos que operam, no detalhe, o controle, a vigilância, o esquadrinhamento, a fixidez” (p. 246). Esses corpos-espetáculos invadem e capturam as mulheres (e também homens), movimentam sonhos, fantasias e desejos, modelam subjetividades. Entretanto, ela adverte, a hegemonia de uma estética do comedimento, do autocontrole, da automodificação se desestabiliza em face da desnaturalização das representações da beleza, do feminino e da felicidade. Por isso, ela adverte, é preciso afirmar e reafirmar corpos e comportamentos outros, excêntricos, transbordantes, que insistem em não aderir, em reagir aos dispositivos do mundo *fitness*.

O “imperativo da beleza” também é objeto do capítulo de Tânia Fontenelle-Mourão, “Mutilações e normatizações do corpo feminino: entre a Bela e a Fera”. Ela explora o corpo-texto, agente ou metáfora da cultura, corpo-lugar de controle social e desvela reações que neles se manifestam. As patologias de protesto emergem historicamente sob a forma de “desordens mentais e alimentares” – neurastenia, histeria, anorexia,

bulimia, agorafobia –, as primeiras desde a segunda metade do século XIX e as últimas mais recentemente. Consideradas manifestações nos corpos, para a autora, elas funcionam paradoxalmente, em conluio com as condições culturais que as produzem, reproduzindo em vez de transformar justamente aquilo que provoca o protesto.

Significativamente, manifestam fenômenos, ou discursos, que ganham força em períodos históricos de reação cultural contra as tentativas de reorganizar e redefinir papéis: masculino e feminino. No caso da histeria, da agorafobia e da anorexia, os corpos aparecem como superfícies nas quais as construções funcionais da feminilidade são expostas ao exame: falam como um protesto “inconsciente, incipiente e contraproducente, sem recorrer à linguagem propriamente dita, à voz ou à política”.

No capítulo “Entre a vida e a morte, o sexo”, Tania Navarro Swain reage aos “imperativos da sexualidade” e mostra que é possível, como necessário e urgente, resistir. Ela desencrava construções que de forma incessante contornam e sublinham a norma, forjando a pedagogia que provoca uma “cegueira social”, responsável por velar “as estratégias de diferenciação dos sexos para melhor instaurar uma ‘natural’ diferença política entre homens e mulheres” (p. 289).

As imagens insistentes da menstruação como “fracasso mensal” da reprodução, da menopausa como momento de crise existencial e da TPM marcam as mulheres com o sinal da fraqueza e da instabilidade, e operam entre inúmeros outros dispositivos que agem cotidianamente sobre corpos sexuados, segundo o pertencimento à classe de mulheres ou de homens. Ao localizar historicamente a construção da sexualidade sob as formas peculiares e exacerbadas da modernidade, ela invoca Foucault, C. Guillaumin e E. Martin para desvelar a produção da diferença política ancorada nos corpos.

O texto desfecha o livro e evidencia pedagogias sociais que se reforçam para movimentar a rede política da heterossexualidade incontornável produzida como norma. Mecanismos e moldes se produzem cotidianamente para redesenhar contornos identitários de mulher/homem e tornar “quase impossível uma relação igualitária nos embates sexuais, atravessados de poder” (p. 300). Ela distingue a prostituição, o estupro, a violência doméstica entre os gestos que “povoam o cotidiano das mulheres, condensam o poder masculino sobre os corpos femininos”, fazendo reproduzir “a sexualidade na violência, o poder ligado ao sexo” (p. 292).

No exercício radical de um projeto de luta e de transformação política, em sua prática combativa, nômade e apaixonada, Navarro Swain convoca leitoras/es para romper com esse “cego assujeitamento”, e sugere a quebra dos grilhões do natural, e das novas servidões que se anunciam e se imprimem nos corpos. O capítulo exprime um produto e um momento na trajetória das práticas e das resistências feministas, mas todo o livro é objeto de leitura obrigatória para aquelas/es que se inquietam, que querem transformar o mundo, que lutam para ampliar as fronteiras da crítica política e social, e para isso, procuram adentrar ou invadir temporalidades e lugares inusitados do pensamento e da ação.